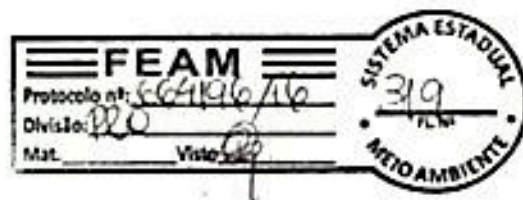


Feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Autuado: Tennessee Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Processo nº 004/1999/003/2002

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 1163/2002, infrações gravíssimas, médio porte.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada como incurso no artigo 19, §3º, itens 1, 6 e 8, do Decreto nº 39.424/1998, pelo cometimento das seguintes irregularidades:

- 1. Implantação de loteamento, já em processo de ocupação, sem a Licença de Instalação – LI e a Licença de Operação – LO;*
- 2. Realizar atividade que cause degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica Semidecidual, para a abertura de sistema viário; intervenção direta em Áreas de Preservação Permanente (APP's) de nascente e cursos d'água, através de aterro e ocupação as mesmas por lotes e sistema viário; retificação de curso d'água e desencadeamento e desenvolvimento de processos erosivos provocando o assoreamento de cursos d'água.*
- 3. Ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento de esgoto "in natura" em curso d'água ou dispostos em fossas negras situadas a pequenas distâncias dos pontos individuais de captação de água de abastecimento. Verificou-se também a queima e disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados na área.*

A autuada apresentou defesa tempestiva, tendo sido aplicadas as penalidades relativas às multas gravíssimas, acrescidas de um terço em razão da agravante

(atingir área sob proteção legal, nos termos do artigo 1º, III, "b" (infração gravíssima, porte médio) e/c artigo 2º, §1º, I, e/c art. 3º, II, "f" da DN COPAM nº 27/98, em reunião da CIF de 07/11/2003. O valor das multas aplicadas para as três infrações foi de RS 79.810,68, acrescido de um terço; perfazendo o valor de RS 106.414,24 (cento e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos).

Inconformada com a decisão, apresentou a Autuada Pedido de Reconsideração tempestivo e os autos foram baixados em diligência, conforme decisão da CIF de 14/11/2007, para que se fizesse histórico da documentação e fiscalização local, considerando manifestação do empreendedor de que tinha autorização da Prefeitura de Pedro Leopoldo quando da autuação. Em decisão de 18/06/2015, o pedido foi indeferido e foram mantidas as penalidades de multa, com valor alterado para RS 80.004,00 (oitenta mil e quatro reais), em virtude do disposto no artigo 96, do Decreto nº 44.844/2008.

Regularmente notificada da decisão por meio do Ofício nº 866/2015 NAI/PRO/SISEMA, Aviso de Recebimento às fls. 277, em 10/08/2015, a Autuada apresentou o presente Recurso em 08/09/2015, **tempestivamente**, portanto, no qual alegou, em síntese, que:

- não constaria do auto de infração o embasamento legal, mas somente os artigos do Decreto nº 39.424/98, vício que implicaria a nulidade do auto de infração;
- teria sido reconhecido nos Pareceres Técnico e Jurídico relativos ao Pedido de Reconsideração a ausência de fundamentação legal para sancionar a primeira infração imputada à Recorrente;
- teria ocorrido a prescrição intercorrente na hipótese, com fundamento na Lei Federal nº 9873/1999, já que a decisão que indeferiu o Pedido de Reconsideração foi proferida em 10/08/2015 com fundamento em parecer de 28/12/2006, de forma que o processo teria ficado paralisado por mais de três anos;

- teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva, uma vez que o processo em curso tramita há mais de 12 anos;
- o empreendimento possuiria a licença ambiental conferida pela Divisão de Meio Ambiente de Pedro Leopoldo e CODEMA (Licença Ambiental nº 08/99);
- estariam obrigados ao licenciamento na esfera estadual somente os loteamentos com área superior a 1.000.000 metros quadrados, na forma da Resolução CONAMA 01/86 (art. 2º, XV) e Decreto Estadual nº 39.585/98 (art. 1º, III), de modo que a Recorrente não estaria obrigada a obtê-lo;
- o empreendimento obteve anuência prévia do Estado através do seu órgão competente, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAM, conforme art. 2º, do Decreto nº 39.585/98, concedida sob nº 186/1997;
- em 2002 inexistia a obrigatoriedade do licenciamento estadual do empreendimento, razão pela qual a infração deveria ser descaracterizada;
- deveria ser descaracterizada a segunda infração, ante divergência constante de manifestações do IEF e Parecer Técnico nº 56/2005 acerca da vegetação existente na propriedade;
- acerca da terceira infração, a Recorrente juntou ao processo vários documentos comprobatórios de estava realizando as diligências necessárias para promover a adequada infraestrutura do loteamento e, por ato da Prefeitura de Pedro Leopoldo, foi determinada a paralisação das atividades de implantação do loteamento, ou seja, a infração teria decorrido de prática de ato alheio à vontade do autuado.

Requeru a Recorrente a nulidade do ato administrativo, tendo em vista a ausência de indicação da lei que o autuado teria infringido; que seja declarada a nulidade da Primeira Infração, por ausência de disposição regulamentar fundamentando a autuação; que seja reconhecida a prescrição intercorrente, uma vez que o processo ficou paralisado por mais de três anos seguidos; que seja reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, já que a apuração da ação que teria configurado as infrações em questão extrapolou o prazo de 5 anos.



conforme determina a legislação federal e estadual e que sejam descaracterizadas as infrações administrativas pelos fundamentos expostos.

É o breve relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Os argumentos apresentados no recurso não são capazes de descaracterizar as infrações cometidas e, por conseguinte, tornar sem efeito a decisão que culminou na aplicação de multa ao empreendimento. Senão vejamos.

Alegou a Recorrente que não constaria do auto de infração o embasamento legal, mas somente os artigos do Decreto nº 39.424/98, vício que, a seu ver, implicaria a nulidade do auto de infração. Entretanto, breve análise do auto de infração permite concluir pela improcedência da afirmação, já que o fundamento legal está perfeitamente especificado e clarificado: *o agente fiscal, com fundamento no Decreto nº 39.424, de 05 de fevereiro de 1998, que altera e consolida o Decreto nº 21.228, de 10 de março de 1981, que regulamenta a Lei nº 7.772, de 08 de setembro de 1980, no artigo 19, par. 3º, item 1, 6 e 8 (...)*. Ora, as infrações classificadas e as correlatas penalidades estabelecidas no Decreto nº 39.424/98, o foram com fundamento na Lei nº 7772/1980, que dispôs em seus artigos 15 e 16 sobre as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e recursos hídricos e suas penalidades e previu a edição de regulamento no qual fossem definidos critérios para a classificação das infrações e imposição das suas penalidades. Portanto, não há que se cogitar de violação aos princípios da legalidade, contraditório e ampla defesa, como pretende a Recorrente, já que a própria lei outorgou poderes ao Executivo para editar o decreto que a regulamentaria, o que foi feito com respaldo no poder de polícia e no poder regulamentar do Estado, que editou o então vigente Decreto nº 39.424/98.

A Recorrente firmou que não haveria fundamento legal para a imposição de sanção pelo cometimento da segunda infração, o que teria sido reconhecido nos



pareceres jurídico e técnico relativos ao Pedido de Reconsideração. No entanto, conforme já explicitado no Parecer Jurídico relativo ao Pedido de Reconsideração, de fls. 141 a 143, a CIF, em reunião de 7.11.2003, não penalizou a autuada por instalar sem licença de instalação, mas sim por ter cometido a seguinte irregularidade: *dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação*, conforme orientação do parecer jurídico de fls. 95 a 97, que recomendou a aplicação de 03 multas, no valor de R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil, seiscentos e três reais e cinquenta e seis centavos).

Quanto à afirmação da Recorrente de que teria ocorrido prescrição intercorrente no caso em tela não deve ser acolhida. Consoante sustentado por esta Procuradoria, por reiteradas vezes, em casos semelhantes, a prescrição intercorrente não é aplicável, nem mesmo por analogia, aos processos administrativos em trâmite no Estado de Minas Gerais, pela **ausência de amparo legal**. Vejamos.

O artigo 1º, §1º, da Lei Federal nº 9.783/99, estabelece prazos de prescrição e de prescrição intercorrente para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta:

Art. 1º - Prescreve em cinco anos a ação punitiva da **Administração Pública Federal, direta e indireta**, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

Da leitura dos dispositivos em análise conclui-se que os prazos tratados na Lei nº 9.873, de 1999, são aplicáveis somente aos processos em trâmite na Administração Pública Federal e é esse o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sufragado no Recurso Especial nº 1112577/SP, no sentido de sua

inaplicabilidade no âmbito estadual. Ademais, a jurisprudência daquele tribunal é remansosa no sentido de que, quando pendente recurso em processo administrativo, não há que se cogitar de prescrição intercorrente.

A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais também já afastou a aplicabilidade dos dispositivos da Lei nº 9.873/99 aos processos administrativos estaduais, nos Pareceres 14.556, de 2005, 14.897, de 2009, 15.047, de 2010 e 15.233, de 2013, razões pelas quais não há que se acolher o argumento da Recorrente de ocorrência da prescrição intercorrente.

Sustentou a Recorrente que teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva, com amparo nas Leis nº 9.873/99 e 21.735/2015. Contudo, tal entendimento não pode ser acatado, já que, conforme acima exposto, os dispositivos da Lei nº 9.873/99 não se aplicam aos processos estaduais e o prazo estipulado pela Lei nº 21.735/2015 não foi desrespeitado pela Administração. Dispõe o artigo 2º, da lei estadual em referência, que a Administração deve exercer o dever de fiscalização e aplicar a penalidade no prazo de 5 anos a contar da data em tiver conhecimento do fato. Também estabelece, em seu parágrafo 2º, que o dever de fiscalizar considera-se cumprido com a notificação do autuado da lavratura do auto de infração, que importa o início da apuração do fato. É esse o prazo decadencial de que a Administração Pública dispõe para apurar um fato infracional, contado da ciência do cometimento da infração e que foi absolutamente respeitado no caso dos autos, considerando-se que o Auto de Fiscalização data de 30/09/2002, o de Infração foi expedido em 18/10/2002 e a notificação do autuado se deu em 21/10/2002, conforme fls. 04. Desta feita, inocorreu, na hipótese, a prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública em relação ao Auto de Infração nº1163/2002.

Firmou a Recorrente que o empreendimento possuiria a licença ambiental conferida pela Divisão de Meio Ambiente de Pedro Leopoldo e CODEMA (Licença Ambiental nº 08/99) e que estariam obrigados ao licenciamento na esfera estadual somente os loteamentos com área superior a 1.000.000 metros



quadrados, na forma da Resolução CONAMA 01/86 (art. 2º, XV) e Decreto Estadual nº 39.585/98 (art. 1º, III), de modo que a Recorrente não estaria obrigada a obtê-lo. Tais assertivas, todavia, não deverão ser aceitas, já que o empreendimento estava indubitavelmente sujeito ao licenciamento ambiental estadual.

Prevía o Decreto nº 39.585/98 que estariam sujeitos ao exame e anuência prévia do Estado, aqueles loteamentos e desmembramentos que estivessem localizados em áreas de interesse especial, em região metropolitana ou em área de aglomeração urbana ou que abrangessem área superior a 1.000.000 m².

Conforme Certidão de fls. 39, o projeto de loteamento obteve a Certidão de Anuência Prévia da SEPLAN e, posteriormente, a autorização da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo. A anuência prévia da então SEPLAN se referia à aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos urbanos pelo Município, **mas não dispensava o empreendimento do licenciamento estadual, de competência do COPAM.** A certidão de aprovação do município integrava o procedimento de licenciamento ambiental, devendo constar, obrigatoriamente, declaração de que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão conformes à legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.

Assim sendo, **sujeitava-se o loteamento Manoel Brandão ao licenciamento ambiental pelo COPAM**, tanto é que obteve a Licença Prévia, Certificado 054/99, concedida pela CIF de 25/06/99, com validade até 25/06/2001, cujas condicionantes não foram cumpridas, e protocolizou o requerimento de Licença de Instalação em caráter corretivo, que foi, contudo, arquivado.

A Recorrente afirmou que deveria ser descaracterizada a segunda infração, ante suposta divergência acerca da vegetação existente na propriedade. Tal argumento já foi analisado no Parecer Técnico DIURB nº 008/2003, fls. 76 a 94, cujo trecho transcrevo, por elucidar a questão, ao considerar comprovada a degradação praticada pelo autuado, decorrente do corte de Floresta Atlântica Semidecidual: *"A AFIRMATIVA DA DEFESA do Auto de Infração de que "não houve, data vênica, degradação ambiental causada pelo empreendedor por cortar Floresta Atlântica Semidecidual para a abertura do sistema viário, pois a flora local,*

abrangida por aproximadamente 90% do loteamento, caracteriza-se, de forma predominante pelo tipo cerrado" **É IMPROCEDENTE**, já que as interferências promovidas para a instalação do empreendimento exigiram a supressão de remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual, apesar de também ocorrer a tipologia cerrado na área do empreendimento, fato comum em terrenos que se inserem do Domínio da Mata Atlântica. **Tal afirmação é corroborada pelo Parecer Técnico do IEF (em anexo), datado de 09/07/98, que cita:** Ocorre campo sujo em grande área (parte) da propriedade, pois anteriormente foi utilizada para agricultura, observa-se que **A TIPOLOGIA DENOMINADA DE FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL, OCORRE NA PROPRIEDADE EM LOCAIS ONDE SE PRETENDE EFETUAR O PARCELAMENTO DO SOLO, DISTRIBUÍDAS ALEATORIAMENTE DE FORMA ADENSADA...**" É citado ainda na defesa do auto que "O extrato arbóreo é ralo...". Tal afirmativa também é refutada pelo referido Parecer Técnico, onde cita que a "**FLORESTA ATLÂNTICA SEMIDECIDUAL ENCONTRA-SE DE FORMA ADENSADA**", como também pode ser verificado, observando-se a área do empreendimento em planta do levantamento aerofotogramétrico (ortofoto) ES:1:10.000 (em anexo), realizado pela CEMIG – voo 1989 – e também pelas fotos tiradas da área do empreendimento na vistoria realizada em 30/09/2003, anexa a este Parecer, onde se atesta a existência de Floresta Atlântica Semidecidual, com o estrato arbóreo denso.

No que respeita à alegação da Recorrente de que a terceira infração teria decorrido de prática de ato alheio à sua vontade, praticado pela Prefeitura de Pedro Leopoldo, que determinou a paralisação das atividades de implantação do loteamento, não é suficiente para elidir o cometimento da infração e afastar as penalidades impostas, pois a obrigação de implementar a infraestrutura sanitária é do empreendedor.

Por conseguinte, considerando que as alegações trazidas na peça recursal não são capazes de descaracterizar as infrações previstas no artigo 19, §3º, itens 1, 6 e 8, do Decreto nº 39.424/98, esta Procuradoria recomenda o indeferimento do

presente Recurso e a consequente manutenção das penalidades de multa e suspensão das atividades impostas, já que o empreendimento ainda não obteve a regularização ambiental, com fundamento no artigo 76, §3º, do Decreto nº 44.844/2008.



III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção das penalidades de multa e suspensão de atividades.**

É o parecer.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2016.

Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Procuradoria da FEAM

Analista Ambiental – MASP 1059325-9